

*Práticas paleográficas em Portugal no século XV**

JOSÉ MARQUES **

Abstract - *This study is intended to analyse the forms of writing observed in Portugal in the fifteenth century and define the context in which the humanistic 'libraria' and cursive scripts arose; it then shows how courtly script appeared in the sixteenth century and outlines its later development*

1. Introdução

Falar de Portugal no século XV implica abordar e dar a conhecer o ambiente social, económico e cultural de um pequeno reino, talhado no extremo ocidental da Europa e largamente banhado pelo Atlântico, cujo povo, a partir de 1500, iniciou um longo e intenso convívio com as populações brasileiras, com elas se irmanando, através das vicissitudes da História, na comunhão da mesma língua, na consciência dos mesmos ideais de solidariedade humana e dos sentimentos fraternos, latentes na alma da comunidade luso-brasileira, de que todos muito nos orgulhamos e queremos aprofundar e desenvolver, ocupando a Cultura um lugar insubstituível num projecto desta natureza.

O século XV português é, com verdade, designado, muitas vezes, como o século da Expansão Ultramarina e das Descobertas, mas nem por isso deveremos olvidar que

* O presente estudo foi elaborado como comunicação para o congresso de Paleografia, que deveria ter lugar na cidade brasileira de Portalegre, em Setembro de 1998, adiado pouco antes da data prevista para o seu início. Decorridos mais de três anos e meio, sem nova convocatória, atendendo à falta de estudos desta natureza, entre nós, decidimos publicá-lo na sua forma primitiva, que não perdeu actualidade.

** Professor Catedrático. Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

esse é um aspecto em que apenas uma parcela exígua da sociedade portuguesa andou envolvida, aliás contrastante com o ingente esforço comum para superar a grave crise política — inclusive, de sobrevivência nacional —, demográfica e económica, originada no século XIV e acentuada ao longo da primeira metade do século XV.

Se evoco, de forma extremamente sintética, esta realidade, é para sublinhar, desde já, que o século XV, em que se formou a geração daqueles navegadores que estabeleceram o primeiro contacto com a população brasileira que os acolheu em Porto Seguro, é um século de mudança e transformação social e cultural, que urge ter presente, pois a Cultura é sempre a parte mais sensível, dinâmica, subtil e, por isso, também a mais nobre dos fenómenos sociais.

Ê a esta luz que nos propomos falar das *práticas paleográficas em Portugal no século XV* ou, se preferirmos, de uma forma mais simples e directa, da *escrita em Portugal nos séculos XV/XVI*, tema, cuja importância é desnecessário acentuar, pois foi na centúria de *quatrocentos* que, em Portugal, se entrecruzaram e conviveram as diversas tendências gráficas e se exercitaram as formas e práticas de escrita que, a partir das primeiras décadas do século XVI, se difundiram no Brasil, como expressão das / e resposta natural às necessidades de comunicação: na vida quotidiana, na redacção dos mais diversos actos jurídicos, em registos de natureza económica, no relacionamento entre poderes, nomeadamente o poder central do Reino, sem olvidarmos as práticas da actividade judicial, religiosa e cultural, etc.

Neste contexto, a *Carta de Pêro Vaz de Caminha* (¹) a D. Manuel I sobre o *achamento* da terra de Santa Cruz é um marco indelével, não só porque representa uma forma de escrita, que, sendo bastante comum, não era a única e nem sequer a mais erudita, num tempo em que os benefícios da imprensa estavam a generalizar-se de forma extremamente rápida e impressionante, mas também porque o *estado* então atingido no âmbito da escrita não se pode considerar uma meta, mas, antes, um momento normal num processo evolutivo, que haveria de continuar durante muito tempo, de forma quase vertiginosa.

Tratar da escrita ou das práticas paleográficas em Portugal no século XV, no plano teórico, não representará grande novidade, excepção feita da visão de conjunto que nos propomos apresentar, tanto mais necessária quanto é certo que a falta de manuais actualizados não a oferecem e aos poucos estudos sectoriais, que têm surgido ultimamente, dada a sua natureza específica, também não se lhe pode exigir. Em contrapartida, esperamos que a demonstração prática dos conceitos teóricos ajude a compreender o estado evolutivo da escrita trazida para o Brasil pelos portugueses no século XVI e estimule estudos sobre a sua evolução e enriquecimento verificado nas Terras de Santa Cruz.

(¹) Fig. 1.- A.N.T.T., *Carta de Pêro Vaz de Caminha. Casa Forte*, fl. 1. Publ. por COSTA, Pe. Avelino de Jesus da - *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesa. Estampas*, 6ª edição, Coimbra, 1997, nº150.

Em ordem à publicação, nesta revista, reduzimos o número de imagens que havíamos seleccionado, para a exposição no anunciado congresso.

Feitas estas observações, fixemo-nos nas práticas de escrita vigentes em Portugal, no século XV e no contexto subjacente à sua evolução.

2. Convívio de escritas e tendências evolutivas

Em história e em história cultural, os séculos não se confinam a centúrias exatas de anos e, normalmente, não é fácil assinalar, de forma concreta, o início e o termo de um período, mesmo secular, e o início de outro e isso é particularmente evidente nos domínios da Cultura.

2.1 Da gótica à humanística

Entrando directamente no tema anunciado, temos de reconhecer que a escrita vigente em Portugal, como, de resto, em toda a Europa, nos princípios do século XV, era *a. gótica* ⁽²⁾, nas duas formas tradicionais de *librária* e *cursiva*, utilizadas nos séculos finais da Idade Média (XII-XV), a nível europeu, e em Portugal, com toda a segurança nos séculos XIII-XV.

2.1.1. As góticas

Independentemente de aspectos particulares, que foram surgindo e a que temos de nos referir, a escrita gótica define-se pelo verticalismo das linhas rectas que a integram, pelo característico traçado anguloso de formas tradicionalmente redondas (o, a, d, c, e, etc), certa desproporção entre a altura e a largura, decorrente de uma acentuada alteração do *módulo*, a articulação perfeita entre traços finos e grossos, que introduz nos textos uma espécie de gracioso claro-escuro, que muito tem a ver com a forma mais ou menos biselada de aparar a pena.

A *librária*, de uso muito mais restrito, apresenta-se com um tipo caligráfico duro e fortemente anguloso, mais adequado à natureza de manuscritos solenes, ⁽³⁾

⁽²⁾ Antes de prosseguir, gostaríamos de recordar que a designação de *gótica* nada tem a ver com os Godos, nem com os Bárbaros, que ajudaram a derrubar o Império Romano e sobre as suas ruínas criaram novos estados, onde floresceram novas formas de escrita, abrangidas na designação de *particularismo gráfico*, criada por Cencetti, ou mesmo sob a fórmula de *escritas nacionais*, que marcaram o fim da unidade gráfica vigente no Império Romano. É uma criação dos *humanistas*, que, num sentido pejorativo, consideravam a escrita *gótica*, especialmente a cursiva, como sinónimo de *bárbara*, contrapunham-lhe a escrita «*antiqua*», isto é, a *minúscula carolina*, reportando-a, embora erradamente, ao período romano — «*La maggioranza di questi vecchi codici monastici erano scritti nella minuscola carolina dei secoli IX-XII e perciò si spiega facilmente come l'entusiasmo per i felici ritrovamenti portasse anche all'ammirazione e allimitazione della scrittura, che essi chiamavano e credevano antiqua, come se fosse la antica dei Romani*»². Precede, por isso, muito a qualificação que o Romantismo, injusta e ignorantemente aplicou à Idade Média de «*idade das trevas*».

⁽³⁾ BATTELLI, Giulio - *Lezioni di Paleografia*, 3ª. ed., Citá del Vaticano, 1949, p. 222.

sendo, essencialmente, utilizada na elaboração (*redacção* ou simples *cópia*) de códices litúrgicos, jurídicos, tratados teológicos, filosóficos, científicos, sermonários, etc. Simultaneamente, utilizava-se, numa percentagem extraordinariamente superior, a *gótica cursiva*, que na sua grande variedade de formas, patenteava os efeitos de uma longa evolução, de quase dois séculos e meio, desde a letra carolina, passando pela *minúscula diplomática* e as já remotas formas típicas da *genuína gótica cursiva* — (de pequenas dimensões, acentuado verticalismo, clara angulosidade e pouco artificiosa) ⁽⁴⁾ — até à profusão de formas desnecessárias e artificiais de certas letras, que, no dizer dos humanistas, *eram feitas mais para ornar do que para serem lidas* -« *fatta piu per ornare che per essere letta*» ⁽⁵⁾ —, sendo necessário entrar, para compreensão deste fenómeno, com a criatividade e os gostos individuais dos escribas.

O que aqui se afirma carece de ser exemplificado, mediante a visualização de alguns textos, a fim de concretizar particularidades específicas da *gótica cursiva*: angulosidade, arqueamento, evolução de certas letras, inversão do *ductus*, formas de ligação, articulação de sinais de abreviatura com a estilização de algumas letras, nexos característicos, etc. ⁽⁶⁾

Costuma dizer-se que a escrita é a expressão da civilização. Em torno desta afirmação poderão tecer-se diversos comentários, mesmo de clara discordância, mas o que ninguém poderá negar é uma indiscutível correspondência temporal entre o estilo românico e a escrita *carolina* e entre a vigência do estilo gótico, nas suas múltiplas manifestações, e o uso generalizado e intensivo da escrita *gótica cursiva*, em Portugal, mesmo ao longo do século XV.

Os períodos de esplendor alimentam, geralmente, os germens da próxima mudança. A escrita *gótica cursiva* não constituiu excepção à regra e, na segunda metade do século XIV assiste-se a uma declarada reacção contra os exageros da escrita *gótica* por parte dos principais promotores do *humanismo* literário, que foi produzindo uma mudança no mundo culto de então, que passou a interessar-se, progressivamente, pelo mundo e pela cultura clássicos, particularmente do tempo de Augusto, mais concretamente, pelas línguas latina e grega, estilo e géneros literários, arquitectura, inscrições, mitologia, etc, de par com uma certa reacção contra a Escolástica.

Um dos aspectos alimentados por este movimento cultural prendia-se com a renovação da escrita, procurando substituir a *gótica cursiva* pela *escrita antiga*, patente nos preciosos códices dos séculos IX-XI, que mais não era senão a *carolina*, erroneamente tomada como a letra antiga dos romanos. A polémica sustentada por este movimento contra o ensino da Escolástica nas Universidades não se restringia

⁽⁴⁾ BATTELLI, Giulio - *O. c.*, p. 230.

⁽⁵⁾ BATTELLI, Giulio - *O. c.*, p.245.

⁽⁶⁾ Fig. 2 - A. D. B. (U.M.), *Colecção cronológica*, n.º. 1074. Apesar de ser de 1428, ainda apresenta certa «exuberância».

apenas ao seu conteúdo e método de ensino; visava também a própria forma de escrita, seguida pelos estudantes, que, obviamente, era a gótica cursiva. Neste movimento regenerador das formas gráficas em curso empenharam-se também os grandes mentores do Humanismo: Francisco Petrarca (1304-1374), Boccaccio e muitos outros, dispersos por diversas cidades importantes da Itália e de França, bastando anotar os casos de Lovato Lovati, em Pádua, o cónego Landolfo Colonna, em Avinhão, etc.

Entre outros testemunhos, são determinantes aquelas palavras de Boccaccio, datadas de 1366, em que considera a escrita do seu tempo «*luxuriante*», isto é, excessivamente ornada, parecendo mais obra de *pintores* do que de escritores, verdadeiramente fatigante e inventada para qualquer outra coisa, mas não para ser lida: «*quasi ad alium quam ad legendum sit inventa*» ⁽⁷⁾, passando de imediato a recomendar a letra *cuidada, clara e agradável à vista*, que era a «*antiqua*» ou carolina. Por sua vez, Petrarca louvava a «*vetustioris littere maiestas*» de um códice em carolina do século XI, saudando também o «*sobrius ornatus*» do mesmo.

A explícita acção dos pais do *humanismo* apoiava o regresso à minúscula carolina, considerada: *sóbria, elegante, simples e clara*, em contraste com o artificialismo da gótica librária e os traços e voltas desordenados das «*litterae scholasticae*», difícil de ler, fatigante para os olhos e tão rica de elementos ornamentais que mais parece feita por pintores do que escribas.

Destes juízos críticos, fácil se torna concluir da evidente recomendação feita a favor do regresso ao uso da minúscula *carolina* ⁽⁸⁾, o que, de resto, se harmoniza com as características que, nos séculos IX-XII, lhe abriram um grande caminho de adopção, através da Europa, com o conseqüente abandono da *visigótica*, da *lombarda*, da *beneventana* e outras escritas nacionais, promovendo uma nova unidade gráfica, mercê do seu carácter arredondante, tendência para a perpendicularidade das hastes face à regra ou linha, distinção das palavras e das próprias sílabas e letras dentro da mesma palavra, ausência de nexos, etc.

Surgiu, assim, uma reforma caligráfica, justamente denominada escrita *humanística*, antes de mais, porque se ficou a dever aos humanistas que, nas suas viagens de estudo através das bibliotecas dos antigos mosteiros, encontraram inúmeros textos da época clássica, que eles próprios copiaram, salvando-os de possível futura destruição; porque foi introduzida e divulgada por eles; e, finalmente, porque esta reforma caligráfica «*foi a expressão do movimento cultural de que tomou o nome*». E a par do conteúdo destes códices deixaram-se impressionar de tal modo pelas características da sua escrita em minúscula carolina, acima mencionadas, que se tornaram estrénuos defensores da sua imitação, obviamente influenciada por algumas práticas da gótica cursiva corrente ⁽⁹⁾, a que mais abaixo voltaremos a referir-nos.

⁽⁷⁾ PETRUCCI, Armando - *Breve storia della Scrittura latina*, Roma, Bagatto Libri, 1989, p.167.

⁽⁸⁾ *Ibidem*.

⁽⁹⁾ BATTELLI, Giulio - *O. c.*, pp. 246-248.

A lição dos mestres humanistas prosseguiu, conduzida por muitos outros seguidores do humanismo, com especial relevo para o conhecido Coluccio Salutati (1331-1406), Niccolò Niccoli (1364-1437), Poggio Bracciolini (1380-1459), considerado o maior descobridor de textos e autores clássicos do primeiro *Humanismo* ⁽¹⁰⁾, Ambrósio Traversari (1386-1439) e foi aprendida por muitos estudantes portugueses, que, nos finais do século XIV e princípios do século XV, frequentaram as universidades italianas de Bolonha, Pádua, Sena (*Siena*), Ferrara, Perugia, Pisa. Roma e os estágios na própria Cúria Romana, bem como outros centros de cultura espalhados pela Itália ⁽¹¹⁾, aplicando-a, posteriormente, nos postos de relevo que vieram a ocupar na chancelaria régia e noutros lugares de prestígio, como demonstra a mudança de estilo, evidente em numerosos diplomas emanados da chancelaria de D. João, por exemplo, em 20 de Março de 1403 ⁽¹²⁾ e em 14 de Fevereiro de 1431 ⁽¹³⁾.

O exemplo ou, se preferirmos, a influência da Cúria Pontifícia prosseguiu, entre nós, mediante a sucessiva chegada quer de bulas solenes, como a *Dudum siquidem*, de Eugénio IV, datada de Bolonha, em 26 de Junho de 1436, dirigida a D. Duarte, de que apresentamos a primeira página ⁽¹⁴⁾, encontrando franca imitação, de claro pendor para a *humanística librária*, na chancelaria real portuguesa, como se verifica por uma longa carta do monarca *Eloquente* para o Arcebispo de Braga, a propósito da actualização das compensações a ele devidas pela transferência da jurisdição cível e crime da cidade de Braga para a Coroa, quer através de bulas comuns ou breves, em *humanística cursiva*, como a dirigida ao Mosteiro de S. Salvador de Vilar de Frades, por Pio II, em 4 de Outubro de 1460 ⁽¹⁵⁾.

Entre os numerosos estudantes portugueses que cursaram em universidades italianas, durante o primeiro quartel do século XV, contam-se o próprio arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, e o doutor Brás Afonso, que esteve ao serviço deste Prelado, durante mais de três décadas, tendo assimilado os cânones da *humanística*, patentes nos numerosos textos que nos deixou, imprimindo-lhe uma marca inconfundível.

⁽¹⁰⁾ PETRUCCI, Armando - *O, c.*, p. 174.

⁽¹¹⁾ Testemunhos abundantes da frequência destes centros universitários e culturais podem encontrar-se nos *Monumenta Portugaliae Vaticana*: Documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, vols. I a IV, Porto, Editorial Franciscana, 1968-1982, e no *Chartularium Universitatis Portugalensis*: Documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá e outros, vols. II a VIII (1377-1490), Lisboa, IAC-INIC, 1968-1981.

⁽¹²⁾ Fig. 3 - A. D. B., *Colecção cronológica*, n.º 940.

⁽¹³⁾ Fig. 4 — A. H. N. (Madrid), *Clero*, carpeta 1838, n.º. 1. Publicada no nosso estudo *Cartas inéditas de D. João I, do Arquivo Histórico Nacional de Madrid*, Braga, 1985, pp. 28/29.

⁽¹⁴⁾ Fig. 5 - A. D. B., *Gaveta de Braga*, n.º. 23, fl.lr da bula *Dudum siquidem*. Publ. por nós em *O senhorio de Braga no século XV*, Braga, 1997, p. 57.

⁽¹⁵⁾ A. D. B., *Vilar de Frades*, vol. fl. 63. Sobre a escrita humanística ver também BISCHOFF, Bernhard — *Paléographie de l'Antiquité Romaine et du Moyen Âge occidentale*, traduit par Hartmut Atsmaat et Jean VEZIN, Paris, Picard, 1985, pp. 164-168. Ver ainda *Paleografia y Diplomática*, Madrid, Universidad Nacional a Distancia, 1982, pp. 411-431.

Estamos, por isso, agora, em posição de mencionar as principais características da escrita *humanística* praticada entre nós.

Quanto à *librária*, facilmente se operou o trânsito da gótica à *humanística*, mediante um acentuado processo de arredondamento e o desaparecimento de alguns nexos característicos em letras com formas tendencialmente mais arredondadas da gótica librária. A melhor expressão desta forma de escrita encontra-se na chamada *leitura nova*, de que nos vamos ocupar com mais pormenor, dentro de momentos.

Em relação à *cursiva*, o problema é mais complexo, sendo necessário introduzir uma distinção muito clara nesta matéria, esclarecendo que, embora a *gótica cursiva* tenha continuado a ser utilizada em larga escala, há evidentes sinais de adesão às preocupações pela escrita *humanística*, cujas influências são especialmente visíveis em documentos emanados das chancelarias de D. João I⁽¹⁶⁾ e de D. Duarte⁽¹⁷⁾, por certo saídos, respectivamente, das mãos de Rodrigo Anes e de Álvaro Gonçalves, sem dúvida bem instruídos sobre a evolução caligráfica em curso, pelo menos sectorialmente, na chancelaria real portuguesa, o mesmo se podendo afirmar, em relação a chancelarias eclesiásticas, sendo a melhor conhecida a do Arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra⁽¹⁸⁾, também ele, outrora estudante em Bolonha e Pádua e com estágio na Cúria Pontifícia, sem esquecermos outros centros de escrita, que nos deixaram provas inequívocas da profunda mudanças que se estava a operar.

As marcas da influência caligráfica humanística sobre escribas formados na escrita gótica são indiscutíveis em algumas das suas provisões, cartas de confirmação e até em cartas de empraçamento feitas, a partir dos primeiros anos da década de 1430, sendo uma das mais características a patente na carta relativa aos bens que o Prelado possuía na Ermida⁽¹⁹⁾, na região de Vila Real.

A realidade gráfica portuguesa foi-se transformando, na segunda metade do século XV, sem abandonar as características fundamentais anteriores, embora tenhamos consciência da quantidade de mosteiros reduzidos a igrejas paroquiais, ficando, assim, neutralizado o contributo cultural por eles prestado, durante séculos. Apesar disso, o recurso ao poder e funções da escrita tornou-se cada vez mais intenso, por motivos jurídicos e económicos, face à crescente recuperação da crise, traduzida no volume de transações comerciais com a Europa e, em especial, com a Flandres, com os portos do Levante e com as próprias Ilhas atlânticas, recém descobertas. Neste contexto, foi-se apurando a técnica e a prática contabilística e incrementou-se o uso

⁽¹⁶⁾ Veja-se figs. n.º 3 e 4.

⁽¹⁷⁾ Fig. 6 — A. D. B., *Gaveta de Braga*, n.º 23, fl. Ir da carta relativa à compensação pelas quebras causadas no valor do contrato de transferência da jurisdição civil de Braga para a Coroa pela mudança de moeda, de 1435. Publ. em *O senhorio de Braga...*, p. 70.

⁽¹⁸⁾ MARQUES, José — *A chancelaria e a diplomática arquiépiscopais de Braga, nos finais da Idade Média*, Porto, «Revista de História», CHUP., vol. 12, 1993, pp. 25-46.

⁽¹⁹⁾ A. D. B., *Registo geral*, n.º 342, fl. 22-22v.

dos livros de recibo, com as devidas cartas de quitação, e aumentou o contencioso judicial, cujo volume crescente exigia maior celeridade dos serviços, etc.

Estas mudanças sociais e económicas reflectiram-se numa maior rapidez do *ductus*, na redução das hastes descendentes, na desmesura do sinal de abreviatura mais comum, reduzido a um traço horizontal, na evolução que as letras d, h, p, v, t, s, e na frequente inclinação da escrita para a direita.

2.1.2. As humanísticas

Quanto à *humanística cursiva* típica, conforme tivemos oportunidade de demonstrar no XI^o Colóquio de Paleografia Latina, realizado em Bruxelas, em Outubro de 1995, as suas primeiras manifestações em Portugal são do último quartel do século XV, e ficámos a devê-las à mão de Francesco Cavalcanti⁽²⁰⁾, um humanista italiano, que, em 1482, estava ao serviço do célebre humanista D. Frei Justo Baldino, que tinha vindo para Portugal, no tempo de D. Afonso V, sendo, depois, elevado à dignidade de bispo de Ceuta e primaz de África.

Trata-se, na sua grande maioria, de registos de algumas cartas de confirmação de benefícios paroquiais e de deliberações tomadas pelo prelado na sequência de visitas pastorais. O cunho "humanístico" destes documentos, além das características da escrita, é evidente na terminologia utilizada, particularmente na menção dos dias da semana, nas datas, que, excepção feita do sábado e do domingo, são designados segundo o planetário romano: *die Lune*, *die Iovis*, *die Veneris*, etc, processo contrário à remotíssima prática portuguesa, posteriormente, difundida nas regiões onde os portugueses estiveram e deixaram a sua língua⁽²¹⁾.

Do ponto de vista paleográfico, além do hábito que este humanista revela de prolongar para a direita as letras maiúsculas M, L e R, prática, aliás, corrente não só em alguns humanistas italianos, como o florentino António Sinibaldi, em relação à letra Q, não conseguiu superar na grafia os efeitos da tradição fonética regio-

⁽²⁰⁾ Fig. 7-A. D. B., *Registo geral*, n.º. 313, fl. 190. Publ. por MARQUES, José - *Vécriture de Francesco Cavalcanti, une nouveauté au Portugal- 1482*, in « Revista da Faculdade de Letras. História », Porto, vol. XII, 1995, pp. 151-182. O doc. da fig. 7, encontra-se na p. 166. De passagem, observe-se que, embora sem grande expressão, a escrita *humanística cursiva* também entrou na chancelaria régia, como se pode comprovar, entre outros, pela carta enviada por D. João II a Lourenço de Medicis, em 1487, reproduzida na fig. 8. (Florença, *Archivio di Stato avanti il Principato*, filza 47, n.º. 2). Publ. por NUNES, Eduardo — *Álbum de paleografia portuguesa*, vol. I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura. Centro de Estudos Anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1969, n.º. 63.

⁽²¹⁾ Porque se trata de um assunto de cronologia e, por isso, do âmbito da Paleografia, vem a propósito recordar que o fundamento desta tradição remonta ao século VI, mais concretamente, à acção desenvolvida por S. Martinho de Dume (Braga) para erradicar os erros e práticas pagãs ainda subsistentes entre as populações, que, apesar de terem oficialmente abraçado o Cristianismo, continuavam agarradas aos seus costumes ancestrais. (Ver Martinho de Braga — *Instrução pastoral sobre superstições populares. "De correctione rusticorum"*, edição, tradução, introdução comentários de Aires. A. Nascimento, com colaboração de Maria João Branco, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, n.ºs. 8-9, pp. 111-113).

nal portuguesa, expressa nos termos latinos: *collacio, disposicio, presentacionem, Incarnacionis, etc.*

Foi também neste clima cultural, embora no plano mais restrito de textos eruditos, litúrgicos e eclesiásticos normativos, em geral situados na esfera do que hoje incluímos no âmbito da codicologia, que se desenvolveu a *humanística librária*, cuja prática se pode considerar relativamente intensa, na chancelaria régia, na fase de reforma dos forais e na *Leitura Nova* ⁽²²⁾.

A designação de *Leitura Nova* ⁽²³⁾, atribuída à preciosa colecção de grande volumes pergamináceos, organizada durante os reinados de D. Manuel e D. João III, adequa-se e corresponde ao objectivo que presidiu à aprovação deste grande projecto, isto é, transcrever em letra *humanística librária* a documentação régia referente a cada uma das comarcas em que então o Reino estava dividido, facilitando, assim, o conhecimento de quanto a elas dizia globalmente respeito, pois havia muita documentação dos monarcas anteriores - forais, cartas de couto, inquirições régias, capítulos de Cortes, sentenças, privilégios, etc. -, que a generalidade das pessoas já não sabia ler, não faltando até os casos de exacções e prepotências originadas na interpretação abusiva e arbitrária de textos que não sabiam ler e interpretar, como acontecia, por exemplo, com os forais antigos, que se tornou urgente e indispensável reformar. Não faltam na documentação portuguesa dos finais da Idade Média e dos tempos modernos referências ao desconhecimento de situações anteriores por impossibilidade prática de proceder à leitura das letras antigas. E a situação transparece também nos próprios livros da *Leitura Nova*, onde, não raro, deparamos com espaços deixados em branco, correspondentes a alguma ou algumas palavras que o copista terá sentido dificuldade em ler, na esperança de os preencher em revisão futura, que não chegou a ser feita.

Mas o uso da *humanística librária*, cujo triunfo, entre nós, além da imprensa, atingiu o ponto culminante na colecção da *Leitura Nova*, nas crónicas reais do século XV-XVI, em livros de horas, breviários, missais, etc, estendeu-se também à elaboração de tombos, inventários, etc.

Assumindo globalmente as características da minúscula carolina, conquanto de forma marcadamente arredondada, além do uso sistemático da tradicional *nota tiro-niana*, recolhe também a forma semi-uncial da letra d e o s alongado para a direita no final das linhas, substituindo os conhecidos traços verticais utilizados como *justificação à direita*. Particularidade frequente é a convivência do uso de u e v, com valor de consoante, notando-se a tendência para no início da palavra predominar o v, geralmente com forma "agrandada".

⁽²²⁾ Fig. 9 - A. N. T. T., *Leitura Nova. Além Douro*, liv. 3, fl. 67.

⁽²³⁾ DESWARTES, Sylvie — *Les enluminures de la Leitura Nova — 1504-1552. Étude sur la culture artistique au Portugal au temps de l'Humanisme*. Preface par André Chastel, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1977, p. 26-32 e 33-40.

3. Alguns aspectos técnicos

Chegados a este ponto, parece-nos indispensável abordar um aspecto que habitualmente é silenciado, apesar de ser absolutamente crucial para:

- a compreensão de alguns aspectos evolutivos da forma de certas letras e abreviaturas,
- justificar e facilitar a leitura
- e para se perceber a lógica de certas ligações entre letras e palavras que, gradualmente, conduziram ao aparecimento e afirmação da letra *cortesã* e da *encadeada*.

Referimo-nos à prática do *ductus inverso*, que teve uma larga difusão e ainda hoje é ignorado por muitas pessoas que se dedicam à Paleografia.

Recordemos, porém, que, em Paleografia, pelo termo *ductus* — participípio do verbo *ducere* — conduzir, levar — designamos o sentido do movimento da mão para traçar as letras, de acordo com o cânone habitual, podendo ser *pausado* ou *lento* ou, por contraposição, *cursivo* ou *rápido*, exercendo, em qualquer dos casos, marcada influência na forma ou aspecto que a escrita apresenta à vista.

O *ductus normal* respeita a ordem e o sentido dos traços necessários para traçar as diversas letras; quando, porém, para traçar as letras a mão segue um sentido contrário ao universalmente aceite, que aliás, corresponde a uma maior facilidade de movimentos, dizemos que estamos perante um *ductus inverso*, que implica também algumas consequências de ordem gráfica.

Esta prática iniciou-se ainda em pleno período de vigência exclusiva da escrita gótica, sendo as manifestações mais evidentes e generalizadas a *inversão da nota tiro-niana*, anteriormente feita à imitação de uma grande vírgula, com a alteração do movimento, que era descendente, da direita para a esquerda, e passou a ser ascendente da esquerda para a direita, e o sinal geral de abreviatura, constituído por um traço ou um pequeno arco para a esquerda, feito a partir da última letra da palavra escrita, convindo anotar que esta forma de abreviar convive com as tradicionais, embora se vá afirmando progressivamente.

A aplicação desta prática na feitura de certas letras implica, logicamente, que a ligação à letra seguinte passa a fazer-se pela parte superior de ambas, desfigurando, com frequência a imagem que habitualmente delas temos. Entre as letras em que mais frequentemente se verifica esta situação de *ductus inverso* e ligação pela parte superior contam-se as seguintes: *c*, *e*, *s*, sendo vulgares as ligações nos grupos: *ee*, *ct*, *ecl*, *ech*, *est*, é fácil exemplificar com inúmeros documentos.

No âmbito destas alterações, é necessário ter presente a *evolução das seguintes letras*: *d* (que acaba por ficar com a barriga ou pança estilizada), *h*, *p* cortado, *v*, por vezes, convertido em **b**, *s* **final** assemelhado ao sigma grego (não se devendo esquecer que, no período do *humanismo* o estudo do grego também se intensificou muito...) e o aparecimento de uma nova forma de traçar o *t*, constituído por uma

haste vertical, traçada de cima para baixo, cortada na parte inferior, mediante um prévio desvio para a esquerda que vai traçar a haste para a direita.

Neste processo evolutivo, temos de contar também com a tendência crescente para o encadeamento das palavras, muitas vezes através da utilização do prolongamento do sinal geral de abreviatura que passa e ficar integrado como elemento constituinte de letra seguinte.

Enquanto, nos finais do século XV, estas linhas de evolução gráfica se iam acentuando, em especial nos ambientes notarial, judicial e outros, dando origem a uma tendência marcadamente *processada*, em que todos estes elementos se vão entrecruzando, embora com certo atraso em relação ao que já se passava no reino de Castela, onde os Reis Católicos iniciaram uma forte reacção contra a escrita *processada*, tentando impor a *cortesã* — que, em Portugal, *grosso modo*, preenche e até ultrapassa o reinado de D. João III -, assiste-se à introdução da tipografia em Portugal, primeiro em Faro, com a impressão do *Pentateuco hebraico*, em 1487, e, depois em Chaves, no extremo norte de Portugal, com a impressão do *Sacramental* de Valdeiras, em 1488, e o *Tratado de confison*, que acabou de imprimir no dia 8 de Agosto de 1489. Independentemente da polémica levantada em torno da prioridade do *Sacramental* sobre o *Tratado de confison* ⁽²⁴⁾, há notícia da impressão de vários outros livros até ao fim do século, como o *Breviarium Bracarense* (1494), o *Manual* (ritual), em 1496, e finalmente o *Missale Bracarense*, em 1498, de que passa, neste ano (1998), o V^o centenário.

Assiste-se, assim, a uma convivência entre a escrita gótica, progressivamente, influenciada pela humanística, a humanística librária valorizada, de modo particular, na *Leitura Nova*, as primeiras manifestações da *humanística cursiva*, as primeiras manifestações das tendências para o encadeamento e a *processada* ⁽²⁵⁾ e a própria escrita impressa, que se expandiu, numa primeira fase, pelos sectores mais eruditos da sociedade, podendo afirmar-se que nos finais do primeiro quartel do século XVI ainda havia muitas igrejas paroquiais e de Ordens Militares que não possuíam livros litúrgicos impressos, continuando a servir-se dos velhos livros e cadernos pergamináceos, em que se encontravam os textos litúrgicos.

⁽²⁴⁾ Sobre este assunto, entre outros, veja-se MARTINS, José Vitorino Pina — *Tratado de confissom*. (Chaves, 8 de Agosto de 1489), Fac-símile do exemplar único pertencente ao Dr. Miguel Gentil Quina. Leitura diplomática e estudo bibliográfico por..., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973; *O primeiro livro impresso em português*, in «Revista da Biblioteca Nacional», Lisboa, serie 2, vol. 2, n.º 2, Jul.-Dez. 1987, pp. 161-166; ANSELMO, Artur - *Origens da imprensa portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981; e, com inequívoca posição diferente, MARQUES, José - *O Arcebispo de Braga D. Jorge da Costa e os primórdios da imprensa em Portugal*, in «Forum», Braga, n.º 4, Outubro 1988, pp. 3-31.

⁽²⁵⁾ A fim de documentar a referida *convivência*, reunimos, nas figs. 10 e 11, algumas amostras gráficas de registos dos finais do século XV e da primeira década do século XVI.

4. E o futuro?

Após termos apresentado o percurso da escrita em Portugal, no século XV, é perfeitamente legítimo perguntar que rumo seguiu a partir da viragem do século.

Numa breve síntese, podemos informar que, não obstante o extraordinário desenvolvimento verificado no campo da imprensa, com a impressão de livros litúrgicos e de espiritualidade, científicos, jurídicos, de literatura clássica e portuguesa, sem esquecermos as numerosas traduções que vieram substituir os exemplares manuscritos que já circulavam e, há muito, figuravam em livrarias de mão, como as de D. Duarte, do Infante D. Fernando e a que o doutor Martim Lourenço doou à casa-mãe da Congregação dos Cônegos Seculares de Vilar de Frades ⁽²⁶⁾, vulgarmente conhecidos como Lóios, e o facto de alguns mosteiros, prelados diocesanos e a própria Universidade Portuguesa, pelo menos desde a fixação definitiva em Coimbra, chegarem a possuir tipografia privativa ou, ao menos, tipógrafos incumbidos de trabalharem temporariamente para eles, a documentação manuscrita continuou a crescer.

Com efeito, apesar da rápida expansão da arte de Gutenberg, as necessidades quotidianas de documentos da mais variada natureza, a correspondência, as diversas aplicações nos sectores económico, mercantil, jurídico, cultural, etc. exigiam um recurso constante à escrita feita à mão, mais expedita e consentânea com as necessidades da vida diária.

Até 1520/21, a escrita *humanística librária* foi largamente utilizada na redacção dos originais e cópias dos forais reformados por ordem de D. Manuel, que, uma vez dispersos pelos diversos municípios régios e senhoriais, passaram a ser outros tantos mensageiros da nova forma e técnica de escrever, possivelmente desconhecida em muitos lugares recônditos do Reino. Por seu lado, a gigantesca tarefa da elaboração dos preciosos volumes da *Leitura Nova*, que tinha também como escrita padrão a *humanística librária*, prolongou-se durante o reinado de D. João III (1552). Além deste uso na chancelaria régia, foi utilizada, embora em menor escala, noutros contextos sociais mais cultos, sem, no entanto, se poder afirmar que foi largamente utilizada, dado o seu *ductus* lento, mais adequado à execução do traço pesado, em contraste com a rapidez exigida no expediente quotidiano.

Por sua vez, a *humanística cursiva*, que, no século XV, teve reduzida expressão, foi mais utilizada na centúria de *Quinhentos*, sem, contudo, conseguir travar a evolução desenhada anteriormente. Teve, no entanto, a honra de transitar para os caracteres tipográficos, dando origem ao tipo que ainda hoje denominamos *itálico*, em que foram impressas bastantes obras ao longo dos séculos XVI e XVII.

No reinado de João III, à semelhança do que já tinha acontecido no reino de Castela, no tempo dos Reis Católicos, Fernando e Isabel, vigorou entre nós, em

⁽²⁶⁾ MARQUES, José — *Livrarias de mão no Portugal medievo*, in «Bracara Augusta», Braga, vol. 47, 1997, pp. 277-281.

meios mais eruditos e cultos, durante algumas décadas a escrita *cortesã*. Não podemos, por isso, classificá-la de duração efémera, mas, antes, como vigente em certos endaves culturais da sociedade portuguesa do século XVI.

É que, entretanto, na sequência das mudanças técnicas registadas no século XV, em boa parte utilizadas, com elegância, pelos cultores da escrita cortesã, as tendências para desenvolver os efeitos da aplicação do *ductus inverso* com as características ligações dele decorrentes, a prática da escrita *processada I encadeada* acentuou-se e, a partir da segunda metade do século XVI, generalizou-se de forma impressionante, especialmente durante o período da dominação filipina, sobrepondo-se a outras formas coevas de escrita.

No século XVII, especialmente a partir da Restauração, é notória a preocupação pela clarificação da escrita, para o que terão contribuído alguns conceitos filosóficos, aringindo este processo o ponto culminante com o *iluminismo* do século XVIII, embora possamos e devamos afirmar, empiricamente (pois faltam dados estatísticos), que a mudança se iniciou no século precedente.

5. Conclusão

Neste contexto, não admira que fosse muito lenta a introdução da prática da escrita nas terras do Brasil, implicando, primeiro, uma iniciação escolar, que muito deve, sem dúvida, à acção dos missionários, que passou a organizar-se de forma sistemática, após a chegada do P^e. Manuel da Nóbrega e dos seus companheiros jesuítas, além dos membros de outras Ordens Congregações.

O panorama que procurámos traçar das várias formas de escrita em Portugal no século XV ajudará a compreender as diversas tendências difundidas no Brasil, que recebeu a escrita numa das fase mais complexas — diremos mesmo de maior degradação - caracterizada pelas marcas de um certo individualismo inerente à liberdade da escrita *processada* e similares, que, nestas circunstâncias, rapidamente resvalaram para o vigor da *encadeada*, já que a prática da cortesã, de relativa curta duração, andava mais ligada a sectores cultos e eruditos.

Para anular a impressão de linearidade que poderia emergir destas últimas considerações, é necessário esclarecer, desde já, que estas afirmações carecem de ser matizadas em estudos ulteriores, podendo, mesmo, esta observação constituir um estímulo a novas abordagens nos domínios da escrita nos finais da Idade Média, quando a imprensa se ia impondo de forma progressiva.

Não conhecemos estudos sobre este tema, mas é possível que os haja. Em qualquer dos casos, é um tema que estudado conjuntamente com as primeiras instituições de ensino implantadas no Brasil faz parte e é essencial na história cultural dos primórdios desta grande nação.

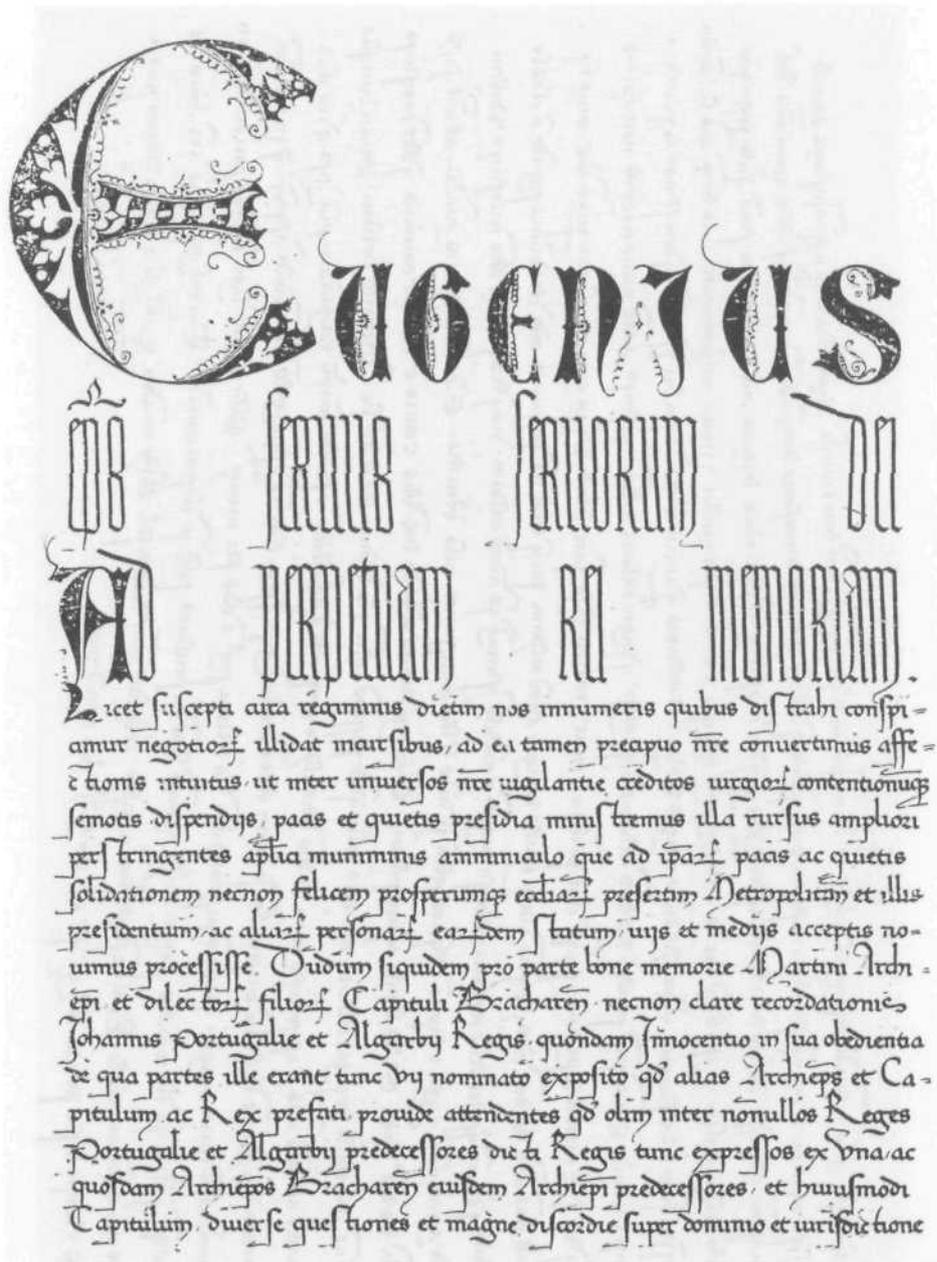


fig. 5 -Fl. 1r da bula *Dudum siquidem*, pela qual o papa Eugénio IV, a pedido do arcebispo D. Fernando da Guerra, confirma, de novo o contrato de transferência da jurisdição civil e criminal do senhorio de Braga para a Coroa (A D B., *Gaveta de Braga*, n.º 23).

190

1492 Medietas sine cura Ecclesie Sancti Laurentij de
 bravo

Varante Medietate ecclesie sine cura Sancti Laurentij de bravo: dicitur septem in
 administratione tunc olim vocata nunc autem per nos dicitur ecclesie septem per
 mortem Joannis Stephani: ultimi et immediati rectoris eiusdem: et
 cuius collatio institutio privatio et omnimoda dispositio ad nos et ecclesiam
 nram septem pleno iure spectat et pertinet. Nos Iustus baldemus dei et
 app. p. gra. Epus septem et primas Affric. S. mi. mi. pp. reverendissimi
 domini auct. nra ordinaria datur medietate sic ut mittitur uerone
 Andree condifalvi de castagnedo tunc ulexon dicitur meo vobis respectu
 famulati nro providimus. Illi inspicendo. Instruendo. et reformando: per
 brevis nri scripte sue impositionem. Comitando illi administrationem spiritualibus
 et secularibus dicitur ecclesie sine cura. prestito nobis per ipsum soluto et
 consueto obsequio et fidelitatis iuramento Rogatus de iure collationis et
 confirmationis huiusmodi Franciscus caualante doctor. notarius app.
 ex scriba nri. in oppido ualencie de Minio nre dicitur die dominica
 vicesima mensis Augusti anni nati dñi Milite quadring^{mo} octuagesimo
 secundo. quibus petro fernandis medio rano. in ecclesia portualleni. et
 petro condifalvi: medio rano. in ecclesia colimbrieni. et alijs.

Fig. 7-A.D.B., Registo geral, n.º313, fl. 190.



Fig. 9 - A.N.T.T., Leitura Nova. Além Douro, liv. 3, fl. 67.

